7ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

CENTRO EDUCACIONAL REBOUÇAS – CER

CNPJ nº 03.595.838/0001-63

O **CENTRO EDUCACIONAL REBOUÇAS – CER**, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 26 de setembro de 1999, por deliberação de sua Assembleia Geral Extraordinária, promove a presente **SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL**, adequando-o à legislação vigente, às boas práticas de governança e às necessidades de ampliação de suas atividades institucionais, passando a reger-se pelas disposições seguintes.

TÍTULO I – DA IDENTIFICAÇÃO, NATUREZA E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º – O **CENTRO EDUCACIONAL REBOUÇAS**, também designado pela sigla **CER** e pelo nome fantasia **PROJETO VIVER & CRESCER**, constituído em 26 de setembro de 1999, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, filantrópico, assistencial, educacional, cultural, esportivo e de promoção da saúde, dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, constituída por prazo indeterminado.

§ 1º – O CER tem sede e foro no Município de Sumaré – Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 350 – Jardim Luz d'Alma – CEP 13170-023.

§ 2º – O CER poderá criar, instalar, administrar, manter ou extinguir unidades de atendimento, polos, escritórios, filiais e representações em outras localidades do território nacional, mediante deliberação da Diretoria Executiva, observadas as exigências legais, registrais, administrativas e tributárias aplicáveis.

Artigo 2º – O CER reger-se-á por este Estatuto Social, pelo Regimento Interno, pelas deliberações da Assembleia Geral, pelas normas regularmente aprovadas por seus órgãos de administração e pela legislação aplicável às associações civis e às organizações da sociedade civil.

§ 1º – Constituem instrumentos normativos e de gestão do CER, observada a hierarquia deste Estatuto:

I – o Regimento Interno;

II – o Processo e o Regulamento de Compras e Contratações;

III – o Código de Ética e de Conduta;

IV – as políticas institucionais de integridade, proteção de dados, gestão de pessoas, gestão de riscos, segurança, transparência e conflitos de interesses;

V – os manuais de processos, regulamentos de serviços, planos, protocolos, fluxos, procedimentos operacionais padronizados e demais normas internas aprovadas pelo órgão competente.

§ 2º – Os instrumentos previstos no § 1º deverão ser compatíveis com este Estatuto, com as finalidades do CER, com a legislação vigente e com as exigências próprias das parcerias, certificações e políticas públicas nas quais a organização atue.

§ 3º – Em caso de conflito, prevalecerão, nesta ordem, a legislação vigente, este Estatuto Social, as deliberações privativas da Assembleia Geral, o Regimento Interno e os demais instrumentos normativos da organização.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

Artigo 3º – O CER possui personalidade jurídica distinta de seus associados, dirigentes e conselheiros, os quais não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da organização, salvo nas hipóteses expressamente previstas em lei.

CAPÍTULO II – DA MISSÃO, DA VISÃO, DOS PRINCÍPIOS, DOS VALORES E DA CULTURA INSTITUCIONAL

Artigo 4º – A identidade institucional do CER fundamenta-se em sua missão, visão, valores, princípios e cultura organizacional.

§ 1º – Missão: promover o desenvolvimento humano integral, a proteção social, a inclusão, a autonomia e o fortalecimento da cidadania, por meio de ações articuladas de assistência social, cultura, educação, saúde, esporte, segurança alimentar e nutricional, qualificação profissional, inclusão produtiva e desenvolvimento comunitário.

§ 2º – Visão: consolidar-se como organização da sociedade civil de referência na proteção social, na educação inclusiva, na promoção da saúde, na cultura como instrumento de transformação social e na gestão ética, sustentável e inovadora, com impacto positivo na vida das pessoas, das famílias e da comunidade.

§ 3º – A missão e a visão orientarão o planejamento estratégico, os programas, os projetos, a gestão de pessoas, a captação e aplicação dos recursos, as parcerias e as decisões dos órgãos institucionais.

Artigo 5º – No desenvolvimento de suas atividades, o CER observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, transparência, equidade, participação social, responsabilidade socioambiental, integridade, proteção integral, acessibilidade, respeito à diversidade e dignidade da pessoa humana.

Artigo 6º – O CER não fará distinção, restrição ou discriminação em razão de origem, raça, cor, etnia, sexo, identidade de gênero, orientação sexual, idade, deficiência, condição de saúde, religião, convicção política, condição econômica, composição familiar ou qualquer outra condição pessoal ou social.

Artigo 7º – Constituem valores institucionais do CER:

I – ética e integridade;

II – respeito à dignidade humana;

III – justiça social e solidariedade;

IV – inclusão, acessibilidade e equidade;

V – defesa e garantia de direitos;

VI – participação comunitária;

VII – transparência, responsabilidade e boas práticas na gestão;

VIII – sustentabilidade social, ambiental e econômica;

IX – inovação e qualidade dos serviços;

X – compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes, com a valorização da pessoa idosa, com a inclusão da pessoa com deficiência e com o fortalecimento das famílias e da comunidade.

§ 1º – A cultura institucional e organizacional do CER será orientada pela corresponsabilidade, pelo sentimento de pertencimento, pelo compromisso com os usuários, pela atuação integrada, pelo cuidado com as pessoas, pelo zelo com o patrimônio, pela comunicação respeitosa, pela

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

TABELIÃO DE NOTAS E P

EM BRANCO

proatividade, pela cooperação, pela qualidade dos serviços e pela responsabilidade de cada integrante na proteção da imagem e das finalidades da instituição.

§ 2º – Dirigentes, associados, conselheiros, empregados, prestadores de serviços, voluntários, estagiários e demais colaboradores deverão conhecer e respeitar a missão, a visão, os valores, os princípios, a cultura institucional e as normas internas do CER.

§ 3º – A organização promoverá ações permanentes de integração, formação, desenvolvimento de pessoas, prevenção de violências e assédios, fortalecimento das relações de trabalho, avaliação dos processos e aprimoramento da cultura organizacional.

TÍTULO II – DAS FINALIDADES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

CAPÍTULO III – DAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS

Artigo 8º – O CER tem por finalidade promover ações de relevância pública e social voltadas ao desenvolvimento humano, à proteção social, à educação, à saúde, à cultura, ao esporte, à segurança alimentar e nutricional, à qualificação profissional, à inclusão produtiva, à defesa de direitos e ao desenvolvimento comunitário.

Artigo 9º – As ações do CER destinam-se prioritariamente a crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas dentro do espectro do autismo, pessoas neurodivergentes, famílias e demais indivíduos ou grupos em situação de vulnerabilidade, risco pessoal ou social, violação de direitos ou barreiras à participação plena na sociedade, sem prejuízo da realização de atividades abertas à comunidade e ao público em geral.

Artigo 10º – Para alcançar suas finalidades, o CER poderá:

I – criar, executar, manter, apoiar, avaliar e aprimorar serviços, programas, projetos, benefícios, campanhas e ações continuadas ou temporárias;

II – prestar atendimento, assessoramento, orientação, formação, capacitação, consultoria e apoio técnico compatíveis com seus objetivos;

III – promover estudos, pesquisas, diagnósticos territoriais, produção de conhecimento, inovação e desenvolvimento de tecnologias sociais;

IV – organizar cursos, oficinas, palestras, seminários, congressos, encontros, mostras, exposições, festivais, apresentações, eventos esportivos e atividades comunitárias;

V – desenvolver ações presenciais, híbridas ou digitais, com uso de tecnologias da informação e da comunicação;

VI – celebrar contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, contratos de gestão, termos de parceria e outros instrumentos jurídicos permitidos;

VII – atuar de forma direta ou em parceria com órgãos públicos, empresas, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, conselhos de direitos, fundos, organismos nacionais ou internacionais e demais organizações públicas ou privadas;

VIII – receber, administrar e aplicar recursos públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, destinados às finalidades institucionais;

IX – criar programas de voluntariado, estágio, residência, aprendizagem profissional e formação prática, observada a legislação específica;

X – desenvolver atividades econômicas e de prestação de serviços de caráter acessório e instrumental, com aplicação integral dos resultados nas finalidades institucionais.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

CAPÍTULO IV – DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Artigo 11º – Na área da assistência social, o CER executará serviços, programas, projetos e ações de atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma continuada, permanente, planejada e gratuita aos usuários, em conformidade com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, com a Política Nacional de Assistência Social, com as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e com as demais disposições aplicáveis.

§ 1º – As ofertas socioassistenciais serão prestadas sem discriminação, sem exigência de contraprestação dos usuários e sem vinculação político-partidária, religiosa ou de qualquer outra natureza incompatível com a política pública de assistência social.

§ 2º – A gratuidade prevista neste artigo refere-se aos serviços, programas, projetos e benefícios caracterizados como ofertas da política de assistência social, sem impedir a realização, pela organização, de atividades econômicas acessórias destinadas à sustentabilidade institucional.

Artigo 12º – Na área da assistência social, o CER poderá, entre outras ações:

I – executar serviços de proteção social básica e especial, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

II – desenvolver o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e outras ações de fortalecimento da convivência familiar e comunitária;

III – atender e acompanhar crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e suas famílias;

IV – desenvolver ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e de promoção de sua inclusão à vida comunitária, de forma articulada ou não com ações educacionais e de saúde;

V – promover orientação social, defesa de direitos, acesso à informação e apoio às famílias;

VI – executar ações de assessoramento, mobilização, participação social e fortalecimento de organizações, grupos e comunidades;

VII – desenvolver ações de inclusão no mundo do trabalho, aprendizagem profissional, qualificação e promoção da autonomia;

VIII – realizar estudos, diagnósticos, busca ativa, atividades territoriais e articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas;

IX – atuar na prevenção de situações de risco, violência, isolamento social, abandono, discriminação e violação de direitos;

X – executar outras ofertas reconhecidas pela legislação e pelos órgãos competentes da política de assistência social.

CAPÍTULO V – DA EDUCAÇÃO

Artigo 13º – Na área da educação, o CER poderá desenvolver ações de educação formal e não formal, educação social, educação integral, educação especial na perspectiva inclusiva, atendimento educacional especializado, apoio pedagógico, formação continuada, qualificação profissional, inclusão digital e preparação para o mundo do trabalho.

Artigo 14º – Constituem ações educacionais do CER, entre outras:

I – educação infantil e demais etapas ou modalidades da educação básica, quando devidamente autorizadas;

II – educação complementar e atividades de contraturno escolar;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

III – Atendimento Educacional Especializado – AEE, de caráter complementar à escolarização da pessoa com deficiência e suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação, vedada sua utilização como substituição à matrícula, à frequência e à participação na escola comum;

IV – realização de estudo de caso e avaliação pedagógica, bem como colaboração na elaboração e no acompanhamento do Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE e do Plano Educacional Individualizado – PEI, respeitadas as atribuições da escola, da equipe pedagógica e dos profissionais envolvidos;

V – apoio a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, transtornos de aprendizagem, altas habilidades ou superdotação e outras necessidades educacionais específicas;

VI – formação inicial e continuada de professores, gestores, profissionais de apoio, famílias e comunidade;

VII – alfabetização, letramento, educação de jovens e adultos e incentivo à leitura;

VIII – educação profissional, qualificação, cursos livres, oficinas e ações de aprendizagem profissional;

IX – educação digital, tecnológica, científica, ambiental, cultural, cidadã e para os direitos humanos;

X – desenvolvimento, produção e difusão de recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e materiais acessíveis.

§ 1º – A oferta de educação escolar formal, educação infantil, ensino fundamental, educação profissional ou qualquer outra atividade sujeita à regulação educacional dependerá de prévia autorização, credenciamento ou reconhecimento pelo sistema de ensino competente.

§ 2º – As atividades educacionais observarão os princípios da educação inclusiva, da acessibilidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do direito à participação da pessoa com deficiência em ambientes comuns de aprendizagem, vedada a exigência indevida de diagnóstico ou laudo médico como condição para acesso às medidas educacionais legalmente asseguradas.

CAPÍTULO VI – DA SAÚDE

Artigo 15º – Na área da saúde, o CER poderá atuar prioritariamente na habilitação, reabilitação e prestação de serviços terapêuticos interdisciplinares, destinados ao desenvolvimento funcional, à autonomia, à participação social, à saúde mental, à qualidade de vida e ao apoio às famílias, por meio de profissionais legalmente habilitados.

Parágrafo único – A atuação em saúde poderá compreender ações de promoção, prevenção, avaliação, intervenção, acompanhamento e reabilitação, de forma individual ou coletiva, respeitadas as necessidades de cada pessoa, as evidências técnico-científicas, a ética profissional e a legislação aplicável.

Artigo 16º – As ações e os serviços de saúde poderão compreender, entre outros:

I – avaliação interdisciplinar das necessidades, potencialidades, barreiras, funcionalidade, desenvolvimento e participação da pessoa;

II – elaboração, execução, monitoramento e avaliação de plano terapêutico individualizado, com definição de objetivos, estratégias, periodicidade e indicadores de evolução, assegurada a participação do usuário e de sua família ou responsável;

III – atendimento psicológico, fonoaudiológico, terapêutico ocupacional, fisioterapêutico, nutricional e de outras profissões regulamentadas relacionadas à habilitação, à reabilitação e ao cuidado terapêutico;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMAPÉ-SP

1.º TABELIÃO DE NOTAS
1.º SERVIÇO

EM BRANCO

IV – estimulação do desenvolvimento infantil e apoio ao desenvolvimento humano ao longo do ciclo de vida;

V – cuidado em saúde mental, apoio psicossocial e fortalecimento das habilidades emocionais, comunicacionais, cognitivas, motoras, sensoriais, adaptativas e sociais;

VI – habilitação, reabilitação e acompanhamento de pessoas com deficiência, pessoas dentro do espectro do autismo, pessoas neurodivergentes, pessoas com atrasos ou alterações do desenvolvimento, pessoas idosas e outras pessoas que necessitem de suporte terapêutico;

VII – orientação, acolhimento, educação em saúde e apoio a familiares, responsáveis e cuidadores;

VIII – atendimentos individuais, atividades em grupo, oficinas terapêuticas, ações coletivas e práticas interdisciplinares;

IX – prescrição, orientação, adaptação, treinamento e acompanhamento do uso de recursos de tecnologia assistiva, quando realizados por profissional legalmente competente;

X – formação e capacitação de profissionais, familiares, cuidadores e comunidade em temas relacionados ao desenvolvimento, à habilitação, à reabilitação, à inclusão e ao cuidado;

XI – estudos, pesquisas, produção de conhecimento e desenvolvimento de metodologias, recursos acessíveis e tecnologias assistivas;

XII – articulação com o Sistema Único de Saúde – SUS, com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com os sistemas de ensino e com as demais políticas públicas.

§ 1º – A implantação de centro, clínica, núcleo ou serviço de habilitação, reabilitação ou terapias dependerá das licenças sanitárias, alvarás, inscrições, cadastros, responsáveis técnicos e registros exigidos pelos órgãos públicos e pelos respectivos conselhos profissionais, inclusive inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, quando aplicável.

§ 2º – Quando integrados ao Sistema Único de Saúde, os serviços observarão seus princípios, diretrizes, instrumentos de pactuação, normas de regulação e condições de acesso.

§ 3º – Os atendimentos observarão o sigilo profissional, a proteção dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis, a segurança dos prontuários, o consentimento e a participação dos usuários e responsáveis, os limites de atuação de cada profissão e os direitos dos usuários.

§ 4º – As ações terapêuticas não serão confundidas com o Atendimento Educacional Especializado – AEE nem substituirão a escolarização, os serviços socioassistenciais ou as atribuições próprias de outras políticas públicas, devendo ocorrer de forma articulada e intersetorial sempre que necessário.

CAPÍTULO VII – DA CULTURA, DO ESPORTE, DO LAZER E DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Artigo 17º – Na área da cultura, o CER poderá promover, apoiar, produzir, preservar e difundir expressões, manifestações, saberes e fazeres culturais, compreendendo a cultura como direito e como instrumento de inclusão, convivência, educação social, identidade, memória, participação e transformação comunitária.

Artigo 18º – As ações culturais poderão incluir:

I – música, dança, teatro, circo, literatura, contação de histórias, artes visuais, artesanato, audiovisual, fotografia, cultura digital, cultura popular, cultura tradicional e patrimônio cultural;

II – oficinas, cursos, exposições, mostras, apresentações, festivais, encontros e ações formativas;

III – formação e apoio a artistas, arte-educadores, agentes culturais e coletivos;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

1.º TABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

IV – produção editorial, audiovisual, fonográfica e digital;

V – ações de acessibilidade cultural e inclusão de pessoas com deficiência;

VI – gestão de espaços, projetos, pontos e equipamentos culturais próprios ou em parceria;

VII – promoção da economia criativa e da geração de renda por meio da cultura.

Artigo 19º – Na área do esporte e do lazer, o CER poderá desenvolver práticas esportivas, paradesportivas, recreativas, corporais e de lazer, com finalidade educacional, social, comunitária, inclusiva, de promoção da saúde ou de participação, inclusive por meio de oficinas, equipes, campeonatos, eventos e atividades adaptadas.

Artigo 20º – Na área do desenvolvimento comunitário, o CER poderá desenvolver ações de educação ambiental, sustentabilidade, economia solidária, inclusão digital, tecnologia social, inovação, geração de trabalho e renda, empreendedorismo social, agricultura urbana, fortalecimento territorial e participação cidadã, desde que relacionadas às suas finalidades institucionais.

CAPÍTULO VIII – DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Artigo 21º – O CER poderá desenvolver ações de segurança alimentar e nutricional, promoção da alimentação adequada e saudável, educação alimentar, combate à fome, redução do desperdício, distribuição de alimentos e refeições e fortalecimento de redes comunitárias de proteção social.

Artigo 22º – Para o cumprimento das finalidades previstas neste Capítulo, o CER poderá manter ou administrar, diretamente ou em parceria, cozinhas comunitárias, cozinhas-escola, bancos de alimentos, restaurantes sociais, hortas comunitárias, programas de distribuição de refeições e outras estruturas compatíveis com a legislação aplicável.

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL E DA SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL

CAPÍTULO IX – DAS UNIDADES, PROGRAMAS E FORMAS DE EXECUÇÃO

Artigo 23º – Para cumprir suas finalidades, o CER poderá criar, instalar, administrar, manter, ampliar, incorporar ou extinguir unidades, programas, serviços e estruturas próprias ou mantidas em parceria, observadas as autorizações e licenças exigidas.

Artigo 24º – Entre outras estruturas compatíveis com suas finalidades, o CER poderá manter:

I – centros de convivência, centros comunitários e unidades de atendimento socioassistencial;

II – unidades educacionais, espaços de educação complementar, centros de formação e inclusão digital;

III – centros, clínicas, núcleos ou unidades de habilitação, reabilitação, terapias e atendimento interdisciplinar;

IV – centros culturais, bibliotecas, espaços esportivos e de lazer;

V – cozinhas comunitárias, cozinhas-escola, restaurantes sociais, cafeterias, restaurantes, padarias, confeitarias e unidades de produção de refeições;

VI – unidades móveis, plataformas digitais e outros meios de atendimento presencial, híbrido ou remoto.

Parágrafo único – A simples previsão estatutária não dispensa a obtenção de autorizações, licenças, credenciamentos, registros, cadastros e responsáveis técnicos exigidos para cada atividade.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

Artigo 25º – A Diretoria Executiva poderá criar, alterar, integrar ou extinguir programas e projetos permanentes ou temporários, desde que compatíveis com o planejamento institucional, o orçamento aprovado e as finalidades deste Estatuto.

Artigo 26º – Os programas e projetos poderão possuir regulamento próprio, plano de trabalho, metas, indicadores, metodologia, orçamento, equipe e coordenação técnica específica.

CAPÍTULO X – DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS ACESSÓRIAS

Artigo 27º – O CER poderá desenvolver atividades econômicas, comerciais e de prestação de serviços de caráter acessório, instrumental e sustentável, destinadas à obtenção de recursos para a manutenção, o desenvolvimento e a expansão de suas finalidades institucionais.

§ 1º – O exercício de atividade econômica não descaracteriza a natureza de associação civil sem fins lucrativos do CER, desde que não haja distribuição de resultados e que os recursos sejam integralmente aplicados em seu objeto social.

§ 2º – A totalidade das receitas, resultados, superávits e excedentes operacionais provenientes dessas atividades será integralmente aplicada nas finalidades institucionais do CER, de forma direta ou por meio da constituição de fundo patrimonial, fundo de reserva ou provisão regularmente aprovada.

§ 3º – É vedada a distribuição de resultados, sobras, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do patrimônio a associados, dirigentes, conselheiros, empregados, doadores ou terceiros.

§ 4º – As atividades econômicas observarão a legislação tributária, contábil, trabalhista, sanitária, consumerista, ambiental e de segurança aplicável, com registros contábeis que permitam identificar suas receitas, custos, despesas e resultados.

Artigo 28º – O CER poderá prestar serviços compatíveis com suas finalidades, inclusive:

I – consultoria, assessoria, formação, capacitação e treinamento;

II – elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos;

III – realização e organização de eventos;

IV – locação ou cessão onerosa de espaços, equipamentos e estruturas, observadas as normas internas;

V – cursos livres, oficinas, educação corporativa e formação profissional;

VI – produção editorial, audiovisual, cultural, pedagógica e digital;

VII – desenvolvimento de materiais, metodologias, recursos acessíveis, tecnologias sociais e plataformas digitais;

VIII – outros serviços relacionados direta ou indiretamente às finalidades institucionais.

CAPÍTULO XI – DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

Artigo 29º – O CER poderá criar, manter e administrar unidade de geração de renda na área de alimentação, destinada à produção, preparação, acondicionamento, armazenamento, distribuição, fornecimento e comercialização de alimentos, refeições e bebidas, de produção própria ou de terceiros.

Artigo 30º – As atividades de alimentação poderão compreender, entre outras:

I – cafeteria, lanchonete, restaurante, rotisseria, cozinha comunitária, cozinha industrial, cozinha-escola, padaria, confeitaria e buffet;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

II – produção e fornecimento de refeições, marmitas, refeições congeladas, lanches, produtos de panificação e confeitaria;

III – alimentação para eventos, organizações, empresas, escolas, instituições e outros contratantes;

IV – serviços de retirada, entrega própria ou entrega intermediada por terceiros;

V – comercialização presencial ou por site próprio, redes sociais, plataformas eletrônicas, aplicativos de entrega, marketplaces e outros canais legalmente permitidos;

VI – cursos, oficinas e capacitações em gastronomia, panificação, confeitaria, manipulação de alimentos, segurança alimentar, nutrição e empreendedorismo;

VII – distribuição gratuita ou subsidiada de alimentos e refeições em programas sociais e ações de segurança alimentar e nutricional.

Artigo 31º – A totalidade do resultado líquido pelas demais atividades de alimentação será aplicada no custeio, manutenção, desenvolvimento e expansão das ações, serviços, programas e projetos do CER, vedada qualquer distribuição ou apropriação particular.

Artigo 32º – O funcionamento das atividades previstas neste Capítulo dependerá da manutenção das licenças sanitárias, autorizações administrativas, inscrições fiscais, emissão de documentos fiscais, responsáveis técnicos e demais requisitos legalmente exigidos.

TÍTULO IV – DOS BENEFICIÁRIOS E DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO XII – DOS BENEFICIÁRIOS

Artigo 33º – São beneficiários do CER as pessoas, famílias, grupos e comunidades alcançados por seus serviços, programas, projetos e ações, conforme os critérios técnicos, territoriais e socioeconômicos aplicáveis a cada oferta.

Artigo 34º – Constituem direitos dos beneficiários, respeitada a natureza de cada atividade:

I – receber atendimento digno, humanizado, seguro, inclusivo e não discriminatório;

II – ter preservadas sua intimidade, privacidade, imagem, autonomia e confidencialidade;

III – receber informações claras sobre os serviços, critérios, direitos e responsabilidades;

IV – participar da avaliação e do aprimoramento das atividades;

V – apresentar sugestões, reclamações, denúncias e recursos pelos canais institucionais;

VI – ser protegido contra negligência, discriminação, exploração, violência, abuso e tratamento degradante;

VII – ter seus dados pessoais tratados de acordo com a legislação.

Artigo 35º – Constituem deveres dos beneficiários e de seus responsáveis, quando aplicável:

I – respeitar as normas de convivência e os regulamentos dos serviços;

II – tratar com respeito os demais usuários, trabalhadores, voluntários e parceiros;

III – preservar o patrimônio e os espaços institucionais;

IV – fornecer informações verdadeiras e manter os dados necessários atualizados;

V – comunicar situações relevantes à segurança e ao acompanhamento das atividades.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

TABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

CAPÍTULO XIII – DO QUADRO ASSOCIATIVO

Artigo 36º – O quadro associativo do CER é ilimitado e será constituído por pessoas físicas no gozo de seus direitos civis e, na categoria correspondente, por pessoas jurídicas regularmente constituídas, que concordem com as finalidades da organização e se comprometam a respeitar este Estatuto.

Artigo 37º – Os associados serão classificados nas seguintes categorias:

I – **Fundadores:** aqueles que participaram dos atos de constituição do CER;

II – **Contribuintes:** aqueles admitidos no quadro social que contribuam periodicamente, na forma definida pela Assembleia Geral ou pelo Regimento Interno;

III – **Mantenedores:** aqueles que, além de contribuir com recursos, prestem apoio relevante e continuado à realização dos objetivos institucionais;

IV – **Correspondentes:** aqueles que, residindo em outra localidade, colaborem com as atividades do CER;

V – **Honorários:** pessoas reconhecidas pela Assembleia Geral em razão de relevantes serviços prestados ao CER ou à sociedade;

VI – **Institucionais:** pessoas jurídicas públicas ou privadas que apoiem ou colaborem com as finalidades do CER

§ 1º – Possuem direito a voz e voto nas Assembleias Gerais os associados Fundadores, Contribuintes e Mantenedores que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ 2º – Os associados Correspondentes, Honorários e Institucionais poderão participar das Assembleias com direito a voz, mas sem direito a voto ou a candidatura a cargos eletivos.

§ 3º – A qualidade de associado é pessoal e intransferível, não gerando direitos patrimoniais sobre os bens ou resultados da organização.

CAPÍTULO XIV – DA ADMISSÃO, DO DESLIGAMENTO E DOS DIREITOS E DEVERES

Artigo 38º – A admissão de associados Contribuintes, Mantenedores, Correspondentes e Institucionais dependerá de requerimento escrito e aprovação da Diretoria Executiva, observados os seguintes requisitos:

I – concordância com as finalidades e os princípios do CER;

II – compromisso de cumprimento deste Estatuto e das normas internas;

III – inexistência de impedimento legal ou de conduta incompatível com os valores institucionais;

IV – apresentação dos dados e documentos necessários ao cadastro.

§ 1º – A concessão do título de associado Honorário dependerá de deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta fundamentada da Diretoria Executiva.

§ 2º – A decisão que indeferir a admissão deverá ser motivada, cabendo recurso à Assembleia Geral no prazo de quinze dias contados da ciência do interessado.

Artigo 39º – São direitos dos associados com direito a voto, desde que quites com suas obrigações e em pleno gozo de seus direitos estatutários:

I – participar, votar e manifestar-se nas Assembleias Gerais;

II – votar e ser votado, observados os requisitos deste Estatuto;

III – apresentar propostas e requerimentos aos órgãos da organização;

IV – solicitar informações institucionais e examinar documentos não protegidos por sigilo;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

TABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

V – requerer a convocação de Assembleia Geral na forma deste Estatuto;

VI – recorrer das decisões que lhes imponham penalidade.

Artigo 40º – São deveres de todos os associados:

I – cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações dos órgãos competentes;

II – colaborar com os objetivos do CER e preservar seu bom nome;

III – zelar pelo patrimônio material e imaterial da organização;

IV – atuar com ética, respeito, boa-fé e lealdade institucional;

V – evitar e declarar conflitos de interesses;

VI – manter seus dados cadastrais atualizados;

VII – cumprir as contribuições regularmente instituídas, quando aplicáveis à sua categoria.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

Artigo 41º – O associado poderá desligar-se voluntariamente a qualquer tempo, mediante pedido escrito dirigido à Diretoria Executiva, sem direito à restituição de contribuições ou participação no patrimônio social.

CAPÍTULO XV – DAS PENALIDADES, DA SUSPENSÃO E DA EXCLUSÃO

Artigo 42º – O associado que infringir este Estatuto, o Regimento Interno, as deliberações regularmente aprovadas ou os princípios institucionais estará sujeito, conforme a gravidade e a reincidência, às seguintes penalidades:

I – advertência escrita;

II – suspensão de direitos por até cento e oitenta dias;

III – exclusão do quadro associativo.

Artigo 43º – Constituem justa causa para aplicação de penalidade, entre outras condutas:

I – praticar ato contrário às finalidades, aos valores ou aos interesses legítimos do CER;

II – utilizar o nome, os bens, as informações ou a representação da organização sem autorização ou em benefício próprio ou de terceiros;

III – causar dano material, moral, reputacional ou financeiro à organização;

IV – praticar discriminação, violência, assédio, abuso, fraude, desvio de recursos ou outra conduta grave;

V – descumprir reiteradamente suas obrigações estatutárias;

VI – deixar de comparecer, sem justificativa, a três Assembleias consecutivas ou cinco alternadas, quando a participação for inerente à sua atuação associativa;

VII – tornar-se legalmente impedido ou apresentar conduta incompatível com a permanência no quadro social.

Artigo 44º – A advertência, a suspensão e a exclusão serão decididas pela Diretoria Executiva, mediante procedimento formal e decisão fundamentada, sem prejuízo do direito de recurso à Assembleia Geral.

§ 1º – Nenhuma penalidade será aplicada sem comunicação escrita dos fatos imputados e concessão de prazo mínimo de quinze dias para apresentação de defesa.

§ 2º – Da decisão de advertência, suspensão ou exclusão caberá recurso à Assembleia Geral no prazo de quinze dias contados da ciência do associado, com efeito suspensivo no caso de exclusão.

EM BRANCO

§ 3º – A exclusão somente ocorrerá por justa causa, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso à Assembleia Geral.

§ 4º – O associado submetido ao procedimento não votará na deliberação relativa ao seu próprio caso.

TÍTULO V – DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

CAPÍTULO XVI – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SUMARÉ-SP

Artigo 45º – São órgãos do CER:

I – a Assembleia Geral;

II – a Diretoria Executiva;

III – o Conselho Fiscal.

Parágrafo único – A Diretoria Executiva poderá instituir comissões, comitês, grupos de trabalho, conselhos consultivos e câmaras técnicas, sem poderes de representação legal da organização, com composição, atribuições e prazo definidos em ato próprio.

Artigo 46º – O exercício dos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será gratuito, vedada a remuneração pelo desempenho das funções estatutárias.

§ 1º – Poderá haver ressarcimento de despesas necessárias e comprovadamente realizadas em benefício do CER, desde que previamente autorizadas e em conformidade com as normas internas.

§ 2º – A vedação deste artigo não impede que associado que não integre a Diretoria Executiva nem o Conselho Fiscal seja contratado para serviço técnico ou profissional distinto das atribuições associativas, desde que haja necessidade comprovada, qualificação compatível, preço de mercado, ausência de favorecimento, declaração de conflito de interesses, aprovação do órgão competente sem participação do interessado e observância da legislação, do Processo e Regulamento de Compras e Contratações e das regras das parcerias celebradas.

Artigo 47º – Os membros dos órgãos de administração e fiscalização deverão atuar com diligência, lealdade, transparência e respeito às finalidades institucionais, respondendo pelos atos praticados com dolo, fraude, desvio de finalidade ou violação da lei e deste Estatuto.

CAPÍTULO XVII – DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 48º – A Assembleia Geral é o órgão soberano de deliberação do CER e será constituída pelos associados com direito a voto que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 49º – Compete privativamente à Assembleia Geral:

I – eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

II – alterar e reformar o Estatuto Social;

III – aprovar e alterar o Regimento Interno;

IV – apreciar o planejamento institucional e a proposta de programação anual;

V – apreciar o relatório anual de atividades e o relatório de gestão;

VI – deliberar sobre as contas, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, após parecer do Conselho Fiscal;

VII – autorizar a alienação, oneração, hipoteca, permuta ou aquisição de bens imóveis;

VIII – deliberar sobre dissolução, incorporação, fusão ou cisão da organização;

IX – julgar recursos de associados, inclusive contra decisão de exclusão do quadro social;

EM BRANCO

X – conceder títulos de associado Honorário;

XI – deliberar sobre matérias de relevante interesse institucional ou submetidas pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Fiscal.

Artigo 50º – A Assembleia Geral reunir-se-á:

I – ordinariamente, uma vez por ano, até o dia 30 de abril, para apreciar o relatório de atividades, as demonstrações contábeis, o parecer do Conselho Fiscal e os demais assuntos constantes da convocação;

II – ordinariamente, a cada três anos, para eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;

III – extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 51º – A Assembleia Geral será convocada:

I – pelo Presidente;

II – pela maioria da Diretoria Executiva;

III – pelo Conselho Fiscal;

IV – por requerimento de, no mínimo, um quinto dos associados com direito a voto.

§ 1º – Recebido o requerimento previsto no inciso IV, o Presidente deverá promover a convocação no prazo máximo de quinze dias; em caso de omissão, os próprios requerentes poderão convocá-la.

§ 2º – A convocação será realizada com antecedência mínima de oito dias corridos, mediante edital afixado na sede e comunicação por correio eletrônico, aplicativo de mensagens, correspondência ou outro meio idôneo que assegure ampla divulgação.

§ 3º – O edital indicará a data, o horário, o local ou meio eletrônico de acesso, a ordem do dia e, quando cabível, os quóruns especiais exigidos.

§ 4º – Não poderão ser deliberadas matérias estranhas à ordem do dia, salvo questões urgentes de natureza procedimental aceitas pela unanimidade dos associados com direito a voto presentes.

Artigo 52º – A Assembleia Geral instalar-se-á:

I – em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto;

II – em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número de associados com direito a voto, ressalvadas as matérias sujeitas a quórum especial.

§ 1º – As deliberações serão tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo disposição legal ou estatutária em contrário.

§ 2º – Para destituição de administradores e alteração deste Estatuto, será exigido voto favorável de dois terços dos associados presentes em Assembleia especialmente convocada para esse fim, a qual somente poderá instalar-se, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, com pelo menos um terço desses associados.

§ 3º – Para dissolução, incorporação, fusão ou cisão da organização, será exigido voto favorável de dois terços dos associados presentes em Assembleia especialmente convocada, que somente se instalará com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto.

Artigo 53º – As Assembleias poderão ocorrer de forma presencial, virtual ou híbrida, desde que sejam assegurados:

I – a identificação dos participantes;

II – o acesso às informações e documentos pertinentes;

III – a manifestação, o debate e o exercício do voto;

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SUMARÉ SP

EM BRANCO

IV – o registro das deliberações e da presença dos participantes;

V – a integridade e a conservação da ata e dos documentos da reunião.

Artigo 54º – A Assembleia será presidida pelo Presidente do CER ou, em seu impedimento, pelo Vice-Presidente, salvo quando a própria Assembleia escolher outro associado para conduzir os trabalhos.

§ 1º – O presidente da Assembleia designará um secretário para lavrar a ata.

§ 2º – As atas serão assinadas pelo presidente e pelo secretário dos trabalhos, admitida assinatura física ou eletrônica, sem prejuízo de outras assinaturas exigidas pelo órgão de registro.

§ 3º – Cada associado terá direito a um voto, vedado o voto por procuração, salvo se futura legislação expressamente o admitir e o Regimento Interno disciplinar sua utilização.

CAPÍTULO XVIII – DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 55º – A Diretoria Executiva será composta pelos seguintes cargos:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Primeiro Secretário;

IV – Segundo Secretário;

V – Diretor Financeiro;

VI – Vice-Diretor Financeiro.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SUMARÉ-SP

Artigo 56º – O mandato da Diretoria Executiva será de 03 (três) anos, permitida uma única reeleição consecutiva para o mesmo cargo.

§ 1º – Os membros permanecerão no exercício de suas funções até a posse dos sucessores, salvo renúncia, destituição, falecimento, impedimento ou perda do mandato.

§ 2º – É vedada a acumulação permanente de cargos na Diretoria Executiva.

§ 3º – Em situação temporária de impedimento ou vacância, a Diretoria poderá atribuir cumulativamente funções a outro diretor pelo prazo máximo de noventa dias, vedada a acumulação entre a Presidência e a Diretoria Financeira e preservada a segregação entre autorização, execução e fiscalização.

Artigo 57º – Compete à Diretoria Executiva, de forma colegiada:

I – administrar o CER e executar as deliberações da Assembleia Geral;

II – elaborar e executar o planejamento estratégico, a programação anual e a proposta orçamentária;

III – criar, alterar, integrar ou extinguir programas, projetos e unidades, observadas as competências da Assembleia;

IV – celebrar contratos, convênios, parcerias e outros instrumentos jurídicos;

V – aprovar políticas, regulamentos, manuais, planos, procedimentos e normas administrativas, exceto o Regimento Interno;

VI – admitir, contratar, gerir e desligar empregados, prestadores de serviços, estagiários e outros colaboradores;

VII – deliberar sobre a admissão, advertência, suspensão e exclusão de associados, assegurado o recurso à Assembleia Geral;

VIII – administrar os recursos, bens, direitos e obrigações da organização;

TABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

IX – acompanhar a execução financeira, contábil, trabalhista, fiscal e patrimonial;

X – prestar contas à Assembleia Geral, aos órgãos públicos, aos financiadores e à sociedade, quando aplicável;

XI – instituir comissões, comitês e grupos de trabalho;

XII – deliberar sobre abertura e encerramento de contas bancárias e meios de pagamento;

XIII – decidir sobre matérias administrativas não reservadas a outro órgão.

Artigo 58º – A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º – A convocação será feita pelo Presidente ou pela maioria dos diretores, com antecedência mínima de 03 (três) dias, salvo urgência devidamente justificada.

§ 2º – A reunião instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros e deliberará por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de desempate.

§ 3º – As reuniões poderão ocorrer presencialmente, virtualmente ou de forma híbrida e serão registradas em ata.

CAPÍTULO XIX – DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

Artigo 59º – Compete ao Presidente:

I – representar o CER ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;

II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, o Regimento Interno e as deliberações dos órgãos institucionais;

III – convocar e presidir as Assembleias Gerais e as reuniões da Diretoria Executiva;

IV – firmar contratos, convênios, parcerias e demais instrumentos jurídicos, após as aprovações necessárias;

V – autorizar despesas e acompanhar a execução orçamentária;

VI – assinar, em conjunto com o Primeiro Diretor Financeiro, os atos de movimentação financeira definidos neste Estatuto;

VII – constituir procuradores, mediante instrumento com poderes e prazo determinados, exceto procuração judicial, que poderá vigorar enquanto necessário ao processo;

VIII – adotar medidas urgentes, submetendo-as à ratificação da Diretoria na primeira reunião subsequente;

IX – exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Artigo 60º – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;

II – assumir a Presidência em caso de vacância, até o término do mandato;

III – auxiliar o Presidente e acompanhar a execução das atividades institucionais;

IV – exercer atribuições delegadas pela Diretoria Executiva.

Artigo 61º – Compete ao Primeiro Secretário:

I – secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as Assembleias Gerais;

II – lavrar, organizar e manter sob guarda os livros de atas, registros e documentos institucionais;

III – coordenar os atos de convocação, comunicações e expediente associativo;

EM BRANCO

IV – manter atualizado o cadastro de associados;

V – acompanhar a gestão documental e o arquivo da organização;

VI – exercer outras atribuições delegadas pela Diretoria.

Artigo 62º – Compete ao Segundo Secretário:

I – substituir o Primeiro Secretário em suas ausências e impedimentos;

II – assumir o cargo em caso de vacância, até o término do mandato;

III – auxiliar o Primeiro Secretário em suas atribuições.

Artigo 63º – Compete ao Diretor Financeiro:

I – acompanhar a arrecadação, o recebimento e a aplicação dos recursos do CER;

II – supervisionar a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;

III – assegurar a manutenção de escrituração e documentos contábeis regulares por profissional habilitado;

IV – efetuar pagamentos regularmente autorizados e acompanhar os recebimentos;

V – apresentar relatórios financeiros à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal;

VI – disponibilizar ao Conselho Fiscal os livros, demonstrações, extratos e documentos necessários à fiscalização;

VII – acompanhar contas bancárias, aplicações financeiras, obrigações fiscais e controles de tesouraria;

VIII – assinar, em conjunto com o Presidente, os atos de movimentação financeira previstos neste Estatuto;

IX – elaborar, com o apoio da equipe técnica e contábil, a proposta orçamentária, as demonstrações contábeis e a prestação anual de contas;

X – exercer outras atribuições inerentes à gestão financeira.

Artigo 64º – Compete ao Vice Diretor Financeiro:

I – substituir o Diretor Financeiro em suas ausências e impedimentos;

II – assumir o cargo em caso de vacância, até o término do mandato;

III – auxiliar o Diretor Financeiro em suas atribuições.

Artigo 65º – A abertura e o encerramento de contas, a emissão de ordens de pagamento, as transferências, os pagamentos, as aplicações, os resgates e os demais atos que importem movimentação financeira serão realizados conjuntamente pelo Presidente e pelo Primeiro Diretor Financeiro ou por seus substitutos estatutários, admitidas assinaturas eletrônicas e mecanismos bancários digitais.

§ 1º – A Diretoria Executiva poderá estabelecer limites e procedimentos para pagamentos operacionais, uso de cartões corporativos, fundos fixos e meios eletrônicos, sem afastar a prestação de contas, a segregação de funções e a rastreabilidade.

§ 2º – As contas específicas de parcerias obedecerão aos instrumentos celebrados e à legislação aplicável.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

TABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

CAPÍTULO XX – DO CONSELHO FISCAL

Artigo 66º – O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral para mandato coincidente com o da Diretoria Executiva, permitida uma única reeleição consecutiva.

§ 1º – Em caso de ausência, impedimento ou vacância, o titular será substituído por suplente, observada a ordem definida na eleição.

§ 2º – Não poderão integrar o Conselho Fiscal os membros da Diretoria Executiva, os empregados diretamente subordinados à Diretoria Executiva nem pessoas que mantenham situação de conflito permanente de interesses com a função fiscalizatória.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

Artigo 67º – Compete ao Conselho Fiscal:

I – fiscalizar a gestão financeira, contábil e patrimonial do CER;

II – examinar livros, documentos, extratos, contratos e registros;

III – emitir parecer sobre as demonstrações contábeis, o balanço patrimonial e a prestação anual de contas;

IV – acompanhar a execução orçamentária e as operações patrimoniais relevantes;

V – requisitar esclarecimentos e documentos à Diretoria Executiva;

VI – recomendar medidas de correção, aperfeiçoamento de controles e proteção patrimonial;

VII – acompanhar o trabalho de auditorias internas ou externas;

VIII – comunicar à Assembleia Geral irregularidades graves não solucionadas;

IX – convocar Assembleia Geral nos casos previstos neste Estatuto.

Artigo 68º – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez a cada 03 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§ 1º – As reuniões serão convocadas por qualquer membro titular, instalar-se-ão com a maioria dos titulares e deliberarão por maioria simples.

§ 2º – As reuniões e pareceres serão registrados em ata ou documento próprio, admitida assinatura eletrônica.

CAPÍTULO XXI – DAS ELEIÇÕES, DA POSSE E DAS VACÂNCIAS

Artigo 69º – A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal ocorrerá a cada 03 (três) anos, em Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, preferencialmente até 30 (trinta) dias antes do término dos mandatos em curso.

Artigo 70º – Poderão candidatar-se aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal os associados Fundadores, Contribuintes e Mantenedores que:

I – sejam pessoas físicas maiores e civilmente capazes;

II – estejam vinculados ao quadro associativo há, no mínimo, seis meses;

III – estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários e quites com suas obrigações;

IV – não estejam legalmente impedidos de exercer a administração de pessoa jurídica;

V – não tenham contas rejeitadas definitivamente em razão de irregularidade dolosa praticada na gestão do CER;

VI – atendam às exigências adicionais previstas no edital eleitoral, desde que não contrariem este Estatuto.

EM BRANCO

Artigo 71º – As candidaturas serão apresentadas por chapas completas, contendo os candidatos a todos os cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e deverão ser protocoladas na Secretaria com antecedência mínima de cinco dias corridos da eleição.

§ 1º – A relação dos associados aptos a votar e a composição das chapas serão disponibilizadas com antecedência mínima de três dias da Assembleia.

§ 2º – Impugnações deverão ser apresentadas por escrito até o início da Assembleia e serão decididas pela Comissão Eleitoral, assegurada manifestação do interessado.

Artigo 72º – A Diretoria Executiva designará, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da eleição, Comissão Eleitoral composta por três associados não candidatos, responsável por receber e examinar as chapas, conduzir a votação, apurar os votos, decidir questões procedimentais e proclamar o resultado.

Parágrafo único – A composição da Comissão Eleitoral será submetida à ratificação da Assembleia antes do início da votação, cabendo à própria Assembleia substituir qualquer integrante cuja imparcialidade seja fundamentadamente questionada.

Artigo 73º – A eleição ocorrerá por voto secreto, salvo se houver chapa única, hipótese em que a Assembleia poderá decidir pela votação aberta ou aclamação, desde que não haja oposição de associado com direito a voto.

§ 1º – Será eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

§ 2º – Em caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Presidente tiver maior tempo de vínculo associativo com o CER; persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

Artigo 74º – Os eleitos tomarão posse imediatamente após a proclamação do resultado ou na data expressamente fixada pela Assembleia, mediante assinatura do termo de posse.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMAPÉ-SP

Artigo 75º – Ocorrendo vacância:

I – o Vice-Presidente assumirá a Presidência;

II – o Segundo Secretário assumirá o cargo de Primeiro Secretário;

III – o Vice-Diretor Financeiro assumirá o cargo do Diretor Financeiro;

IV – os suplentes substituirão os titulares do Conselho Fiscal.

§ 1º – A Diretoria Executiva indicará, entre os associados elegíveis, substituto provisório para os cargos de Vice-Presidente, Segundo Secretário ou Diretor Financeiro que ficarem vagos, submetendo a indicação à ratificação da primeira Assembleia Geral subsequente.

§ 2º – Se houver vacância simultânea da maioria dos cargos da Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal convocará Assembleia Geral no prazo de 30 (trinta) dias para eleição complementar, destinada ao cumprimento do restante do mandato.

Artigo 76º – O cargo será considerado vago, independentemente de deliberação de destituição, em caso de:

I – renúncia escrita;

II – falecimento;

III – incapacidade civil que impeça definitivamente o exercício da função;

IV – impedimento legal definitivo.

§ 1º – O dirigente ou conselheiro poderá ser destituído por justa causa em razão de:

EM BRANCO

I – ausência, sem justificativa aceita, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas do respectivo órgão durante o mandato;

II – grave violação legal, estatutária, ética, financeira ou patrimonial;

III – utilização do cargo, do nome, dos bens, das informações ou dos recursos do CER em benefício próprio ou de terceiros;

IV – prática de fraude, desvio de finalidade, conflito de interesses não declarado ou conduta incompatível com as finalidades institucionais;

V – descumprimento reiterado das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º – A destituição dependerá de deliberação da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o quórum estatutário e assegurados comunicação escrita dos fatos, prazo mínimo de quinze dias para defesa, contraditório, ampla defesa e decisão fundamentada.

TÍTULO VI – DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CAPÍTULO XXII – DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS

Artigo 77º – O patrimônio do CER será constituído por bens móveis e imóveis, veículos, equipamentos, direitos, valores, aplicações financeiras, marcas, direitos autorais, bens incorpóreos e demais ativos adquiridos ou recebidos a qualquer título.

Artigo 78º – Constituem fontes de recursos do CER:

I – contribuições associativas;

II – doações, legados, heranças, auxílios, contribuições e subvenções;

III – recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas organizações;

IV – recursos decorrentes de contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, contratos de gestão, termos de parceria e instrumentos congêneres;

V – emendas parlamentares, fundos públicos e privados e mecanismos de incentivo fiscal;

VI – patrocínios, campanhas, eventos, financiamento coletivo e arrecadação digital;

VII – receitas de prestação de serviços, comercialização de produtos e atividades de geração de renda;

VIII – rendimentos de bens, locações, cessões de uso, aplicações financeiras e direitos;

IX – recursos de organismos, fundações e organizações nacionais ou internacionais;

X – outras receitas legalmente permitidas e compatíveis com as finalidades institucionais.

Artigo 79º – Todo o patrimônio e todos os recursos do CER serão integralmente aplicados na consecução de suas finalidades institucionais, no território nacional, ressalvadas ações de cooperação internacional regularmente aprovadas e compatíveis com a legislação aplicável.

Artigo 80º – É vedada a utilização de bens ou recursos do CER em benefício particular de associados, dirigentes, conselheiros, empregados, doadores ou terceiros, ressalvados os pagamentos legítimos por trabalho, fornecimento ou serviço regularmente contratado e os ressarcimentos autorizados.

Artigo 81º – A alienação, oneração, hipoteca ou permuta de bens imóveis dependerá de autorização da Assembleia Geral especialmente convocada e de avaliação prévia, observada a legislação aplicável e eventual vinculação do bem.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

EM BRANCO

CAPÍTULO XXIII – DO EXERCÍCIO SOCIAL, DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 82º – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro.

Artigo 83º – O CER manterá escrituração contábil regular, por profissional legalmente habilitado, de acordo com os princípios contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às organizações sem finalidade de lucros.

§ 1º – A escrituração deverá permitir a identificação das receitas, dos custos, das despesas e do patrimônio relacionados:

I – a cada área de atuação certificável, especialmente assistência social, educação e saúde;

II – às atividades econômicas e comerciais, inclusive ao Avenida Café;

III – a cada parceria, projeto ou fonte de recursos que exija controle específico;

IV – às gratuidades e demais informações exigidas para certificações, imunidades e prestações de contas.

§ 2º – Os recursos públicos e privados vinculados serão aplicados exclusivamente nos objetos e condições previstos nos respectivos instrumentos.

Artigo 84º – Ao final de cada exercício serão elaborados, no mínimo:

I – relatório anual de atividades;

II – balanço patrimonial;

III – demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis;

IV – notas explicativas;

V – relatório de gestão e execução orçamentária, quando aplicável;

VI – parecer do Conselho Fiscal.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

Artigo 85º – A prestação de contas observará:

I – os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II – a publicidade dos relatórios e demonstrações, na forma exigida pela legislação;

III – a prestação de contas de todos os recursos e bens públicos recebidos, conforme o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal e a legislação específica;

IV – as regras próprias de cada parceria, convênio, contrato ou instrumento de financiamento;

V – a realização de auditoria independente quando exigida por lei, pelo instrumento jurídico, pelo órgão competente ou por deliberação institucional;

VI – a guarda e conservação dos documentos pelo prazo legal.

Artigo 86º – O CER dará publicidade, em sua sede, em seu sítio eletrônico, se houver, ou por outros meios acessíveis, às informações cuja divulgação seja exigida, especialmente:

I – Estatuto Social;

II – composição dos órgãos de administração e fiscalização;

III – relatórios de atividades e demonstrações contábeis;

IV – parcerias celebradas e respectivas prestações de contas, na forma legal;

V – canais de comunicação, manifestação e denúncia.

EM BRANCO

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SUMARÉ SP

Parágrafo único – A publicidade observará a proteção de dados pessoais, o sigilo profissional e as demais hipóteses legais de restrição de acesso.

TÍTULO VII – DA INTEGRIDADE, DA PROTEÇÃO E DA GESTÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO XXIV – DA ÉTICA, DA INTEGRIDADE E DOS CONFLITOS DE INTERESSES

Artigo 87º – O CER adotará práticas de gestão destinadas a prevenir a obtenção individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais indevidas em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 88º – O associado, dirigente, conselheiro, empregado ou colaborador que possuir interesse pessoal, familiar, profissional ou econômico em determinada decisão deverá declarar o conflito e abster-se de participar da discussão, da deliberação, da autorização e da fiscalização correspondentes, com registro em ata.

Artigo 89º – O CER manterá Código de Ética e de Conduta, Processo e Regulamento de Compras e Contratações, Política de Conflito de Interesses, Política de Gestão de Riscos, Política de Proteção de Dados, canais de manifestação e denúncia e outras normas necessárias à integridade e à boa governança.

§ 1º – As compras, contratações, obras, serviços, locações e alienações observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, isonomia, transparência, segregação de funções, sustentabilidade, julgamento objetivo e vinculação às finalidades institucionais.

§ 2º – Como regra, toda compra ou contratação será precedida de solicitação formal, especificação do objeto, pesquisa de preços e apresentação de, no mínimo, três orçamentos válidos, seguida de análise e aprovação pela autoridade definida no Regulamento de Compras e Contratações.

§ 3º – As contratações de maior complexidade, relevância, risco ou valor dependerão também de aprovação da Diretoria Executiva, conforme os limites e critérios estabelecidos no Regulamento.

§ 4º – A impossibilidade de obtenção de três orçamentos, as situações emergenciais, a contratação de fornecedor exclusivo, os serviços técnicos especializados e as demais hipóteses excepcionais deverão ser formalmente justificadas, documentadas e aprovadas pela autoridade competente, sem afastar a verificação da razoabilidade do preço e da ausência de favorecimento.

§ 5º – Quando a despesa decorrer de recursos públicos, incentivos fiscais, doações vinculadas ou parcerias, prevalecerão também as regras do instrumento jurídico, do plano de trabalho, do financiador e da legislação específica, aplicando-se a norma mais restritiva quando houver compatibilidade.

§ 6º – É vedado fracionar despesas com a finalidade de evitar níveis de aprovação, pesquisa de preços, seleção de fornecedor ou outros controles previstos nas normas internas.

§ 7º – Os processos de compras e contratações deverão manter documentação suficiente para demonstrar a necessidade, a escolha do fornecedor, a compatibilidade do preço, as aprovações, o recebimento do objeto e a prestação de contas.

CAPÍTULO XXV – DA PROTEÇÃO DE DADOS E DA GOVERNANÇA DIGITAL

Artigo 90º – O tratamento de dados pessoais observará a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas aplicáveis, com atenção especial aos dados de crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas idosas, dados de saúde e demais dados pessoais sensíveis.

EM BRANCO

Artigo 91º – O CER adotará medidas administrativas e técnicas destinadas a proteger dados, prontuários, documentos e informações contra acesso não autorizado, perda, alteração, divulgação ou uso inadequado, respeitados o sigilo profissional e os direitos dos titulares.

Artigo 92º – O CER poderá utilizar documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas, certificados digitais, plataformas digitais e sistemas informatizados para a prática e o registro de atos administrativos, societários, financeiros e institucionais, desde que preservadas a autenticidade, a integridade, a rastreabilidade e a conservação dos registros.

CAPÍTULO XXVI – DO VOLUNTARIADO

Artigo 93º – O CER poderá contar com voluntários, mediante celebração de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, na forma da legislação vigente.

§ 1º – O serviço voluntário será prestado de forma espontânea e não gerará vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária.

§ 2º – Despesas necessárias e comprovadas poderão ser ressarcidas quando previamente autorizadas, sem descaracterizar o serviço voluntário.

§ 3º – A atuação de voluntários observará os requisitos de capacitação, supervisão, segurança, sigilo, proteção dos usuários e respeito às atribuições privativas de profissões regulamentadas.

CAPÍTULO XXVII – DAS CERTIFICAÇÕES E DOS REGISTROS

Artigo 94º – O CER poderá requerer, obter e manter inscrições, registros, certificações, qualificações e reconhecimentos perante conselhos, órgãos públicos e organizações nacionais ou internacionais, desde que compatíveis com suas finalidades.

Artigo 95º – A atuação simultânea nas áreas de assistência social, educação e saúde observará as exigências específicas de cada política pública e, para fins de certificação beneficente, a definição da área preponderante, a segregação contábil e os demais requisitos da Lei Complementar nº 187/2021, de seu regulamento e da legislação superveniente.

TÍTULO VIII – DA DISSOLUÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CAPÍTULO XXVIII – DA DISSOLUÇÃO E DA DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Artigo 96º – O CER poderá ser dissolvido quando se tornar impossível a continuidade de suas atividades, por deliberação de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada, observado o quórum previsto neste Estatuto.

Artigo 97º – Em caso de dissolução ou extinção do CER, depois de satisfeitas as obrigações sociais, o eventual patrimônio líquido remanescente será destinado a uma ou mais organizações beneficentes certificadas, com objeto social semelhante, ou a organizações públicas, observado o artigo 3º, inciso VIII, da Lei Complementar nº 187/2021 e a legislação que vier a substituí-la.

Parágrafo único – É vedada, em qualquer hipótese, a distribuição do patrimônio social entre associados, dirigentes, conselheiros, instituidores, empregados, doadores ou terceiros.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SUMARÉ-SP

ABELIÃO DE NOTAS

EM BRANCO

CAPÍTULO XXIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 98º – O Regimento Interno disciplinará a organização administrativa e operacional, as relações internas, as responsabilidades funcionais, a convivência institucional, o funcionamento dos serviços e os procedimentos necessários à execução deste Estatuto, sem restringir direitos nem criar obrigações associativas que devam constar obrigatoriamente do ato constitutivo.

§ 1º – O Regimento Interno será aprovado e alterado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, e terá observância obrigatória por todos os integrantes da instituição, de acordo com sua relação com o CER.

§ 2º – Os manuais de processos, regulamentos setoriais, procedimentos operacionais padronizados, fluxos, protocolos e políticas institucionais serão aprovados pela Diretoria Executiva, salvo quando este Estatuto atribuir a competência à Assembleia Geral.

§ 3º – A Diretoria Executiva deverá assegurar divulgação, acesso, orientação e capacitação sobre as normas internas, especialmente quando houver alteração que repercuta nas atribuições, nos direitos, nos deveres, na segurança ou na prestação dos serviços.

Artigo 99º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral, respeitadas as competências privativas, este Estatuto e a legislação vigente.

Artigo 100º – Os mandatos em curso na data da aprovação deste Estatuto serão preservados até seu término, mantendo-se a composição eleita para o período de 11/06/2024 a 10/06/2027, salvo renúncia, vacância ou deliberação da Assembleia Geral na forma da lei.

Artigo 101º – A Diretoria Executiva promoverá, no prazo de até cento e oitenta dias contados do registro, a adequação do Regimento Interno, dos regulamentos, das políticas institucionais, dos cadastros, das licenças e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica às disposições deste Estatuto.

Artigo 102º – Este Estatuto entra em vigor na data de seu registro perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente, revogadas as disposições estatutárias anteriores.

REGISTRO
Nº 17665
OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
DE SUMARÉ-SP

Sumaré, 25 de julho de 2026.

1.º TABELIÃO SUMARÉ-SP

HELENA PEREIRA ROSÁRIO

Presidente

1.º TABELIÃO SUMARÉ-SP

WANDERLÉIA MARIA DE ANDRADE

1ª Secretária

Andrea Rodrigues Ramos Padoim
Advogada
OAB/SP 478300

1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SUMARÉ
Praça Manoel de Vasconcellos, 426 - Centro - Sumaré/SP - CEP 13170-025 - Fone: (19) 3396-2800
Reconheco por semelhanca sem valor economico a(s) firma(s) de HELENA PEREIRA ROSARIO, WANDERLEIA MARIA DE ANDRADE. Dou fé.
Sumaré-SP, 29 de julho de 2026. Em test da verdade.
REBECA GIMENES FRANCISCO - Escrevente
Seq:5f4bd476458c42c8838c59654310b198 Total R$ 18,18.Selo:
S21146AA0041218
"VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE"

Rebeca Gimenes Francisco
Escrevente
111831
FIRMA
S21146AA0041218

EM BRANCO

OFICIAL DE REGISTRO TITULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURIDICA
COMARCA DE SUMARÉ - ESTADO DE SÃO PAULO

Avenida Luiz Frutuoso, n°508 - Vila Santana- Sumaré SP- CEP: 13.170-260

E-mail : rtdpj@registrosumare.com.br

Rodrigo Farias Borges
Oficial Delegado

PRENOTADO SOB Nº 00024567 EM 30/07/2026

Certifico e dou fé que o presente título foi prenotado sob número **00024567** em **30/07/2026** e registrado sob número **00017665** nesta data, no livro A, averbado à margem do registro número **00000657** , contendo **28** páginas.

REQUERIMENTO, EDITAL, ATA, LISTA DE PRESENÇA ESTATUTO

Natureza: ATA DE ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL

Apresentante: HELENA PEREIRA ROSARIO

Interessado: CENTRO EDUCACIONAL REBOUÇAS - CER

Sumare-SP **5 de agosto de 2026**

Rafaella Marques Pazetti
ESCREVENTE

Este certificado é parte integrante e inseparável da averbação do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Sefaz	Registro Civil	Tribunal da Justiça	Total:
R$ 295,02	**R$ 83,86**	**R$ 57,50**	**R$ 15,54**	**R$ 20,27**	**R$ 501,96**
	Diligência	Correios	ISS	M.P	
	R$ 0,00	**R$0,00**	**R$ 15,53**	**R$ 14,24**	

Para conferir a procedência deste documento, efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico :

https://selodigital.tjsp.jus.br

Selo Digital :
1211034PJAA000024567AA26G

EM BRANCO